

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA: UM ESTUDO SOBRE OS EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS

Jurandir Domingues Júnior
Universidade Regional de Blumenau- SC- Brasil
jdj39@zipmail.com.br

Cristiane Mansur de Moraes Souza
Universidade Regional de Blumenau- SC- Brasil
cristianemansur@terra.com.br

Juarês José Aumond
Universidade Regional de Blumenau- SC- Brasil
aumond@furb.br

RESUMO

O presente estudo se propõe a caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) localizados no território catarinense, até o ano de 2007, utilizando como base de informações o Relatório Nacional, datado do mesmo ano, desenvolvido e organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e disponibilizado por meio do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A metodologia empregada neste estudo contempla além de uma base teórica construída por uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental tendo como base os dados secundários sistematizados no Atlas da Economia Solidária 2005 – 2007, produzido no âmbito da SENAES. O mapeamento e caracterização dos EES têm como objetivo primordial a promoção do potencial da Economia Solidária (ES) como um possível modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social. O detalhado mapeamento dos EES catarinenses, se por um lado da visibilidade a este modelo produtivo e indica uma ampla aderência aos princípios da ES, evidencia por outro que esse modelo organizativo está em um estágio embrionário como alternativa de desenvolvimento, visto o ínfimo número de organizações registradas e participação no PIB estadual; não sendo capaz de fazer frente às demandas da sociedade em geral, e devido a este motivo recebe pouca ou nenhuma atenção dos atores sociais locais. A consolidação dos EES catarinenses assim como os de todo ao Brasil depende em muito de políticas públicas que reconheçam que sua lógica particular demanda estratégias diferenciadas de apoio, preferencialmente confrontando em primeiro lugar as duas principais barreiras evidenciadas: a comercialização de seus produtos e serviços e o acesso ao crédito. Considerando uma visão de longo prazo, a sustentabilidade destas organizações a nível nacional demanda políticas públicas de suporte econômico/financeiro e de transferência de conhecimento para uma gestão efetiva e eficaz de suas atividades operacionais e administrativas.

Palavras-chave: Economia solidária; Empreendimentos econômicos solidários, Santa Catarina.

1. Introdução

O presente estudo se propõe a caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) localizados no território catarinense, até o ano de 2007, utilizando como base de informações o Relatório Nacional, datado do mesmo ano, desenvolvido e organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e disponibilizado por meio do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Os EES podem ser entendidos como uma forma de expressão empreendedora da Economia Solidária (ES) que pode assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços (GAIGER, 2008). Norteados por princípios de autogestão, de cooperação, de igualitarismo, de democracia e no amplo desenvolvimento humano, enfrentam cotidianamente “um ambiente estruturalmente adverso a sua lógica interna” (GAIGER, 2008, p. 59). Na visão de Singer (2002b, p. 86), o surgimento dos EES é possível já que “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa”.

A literatura aponta para o século XIX quando busca situar no tempo o surgimento de iniciativas inovadoras de formas de organização associativa da produção e do consumo, que podem ser considerados os primórdios de um modelo associativo. Este modelo surgiu num contexto histórico, e que continua a se reproduzir nos dias de hoje, de individualismo, de utilitarismo, dominação da lógica de mercado, crescimento meramente econômico e de uma sociedade de consumo. Na verdade se apresentam como uma alternativa a esta lógica que despreza a coletividade, e que não conseguiu gerar soluções para as crises advindas do seu próprio modo de apropriação dos meios de produção, da qual podemos citar a crise ambiental e a pobreza. Singer (2000, p. 13) expõe que “a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”.

A SENAES entende, portanto que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Por sua vez, esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país (SENAES, 2012).

Seus objetivos específicos envolvem a articulação de políticas de finanças solidárias, a reformulação do marco legal de cooperativas e outros empreendimentos solidários, a difusão e fortalecimento de empreendimentos autogestionários, a produção de conhecimento voltado para a economia solidária e ainda o fortalecimento de espaços de organização e participação da sociedade civil (SENAES, 2007).

Assim, o objetivo central da política brasileira de economia solidária é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (SENAES, 2012). A ES tem como base primordial a solidariedade que é promovida entre os membros de um determinado empreendimento, visando um objetivo comum, dentro de um espírito colaborativo em detrimento do interesse individual e do ganho material (LAVILLE e GAIGER, 2009).

Para Schiochet (2009, p. 55) os princípios que norteiam a ES podem ser assim resumidos: “a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica”.

Vista deste modo, então, a ES poderia ser o caminho natural na linha evolutiva, em termos de modo de produção, de uma sociedade que busca combinar o desenvolvimento mais igualitário sem perder os benefícios já alcançados desde o século XIX. Neste sentido Singer (2002a, p. 114) expõe:

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalho. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade.

A metodologia empregada neste estudo contempla além de uma base teórica construída por uma pesquisa bibliográfica com base em Singer (2000, 2002a, 2002b, 2003), Santos e Rodriguez (2002), Cattani (2003), Gaiger (2003a, 2003b, 2008, 2009, 2011) e Laville e Gaiger (2009); uma pesquisa documental tendo como base os dados secundários sistematizados no Atlas da Economia Solidária 2005 – 2007, produzido no âmbito da SENAES.

O presente estudo está organizado em cinco seções, no qual se inicia com esta introdução. Na seqüência apresenta-se o conceito de ES, seus aspectos históricos e as bases desta forma de modalidade de organização. Após consta um exercício de dialética entre o modelo capitalista e a ES, tendo como base a comparação entre organizações constituídas no modelo hegemônico vigente e no possível modelo alternativo. Em seguida, se traça um perfil tanto dos EES no território nacional e catarinense. Por fim e constam as considerações finais desta pesquisa, além das referências.

2. Aportes teóricos da Economia Solidária (ES)

A ES é considerada atualmente como uma alternativa para muitas pessoas de geração de trabalho e renda e de suprimento de suas necessidades; e também em termos mais amplos, como estratégias de resistência e de sobrevivência diante do crescimento da exclusão social e da falta de possibilidades de trabalho e renda na sociedade moderna dominada pela lógica capitalista.

O conceito de ES, segundo Singer (2003, p. 116) pode ser assim descrito:

O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

As raízes históricas da ES remontam a Europa dos séculos XIX e XX, tendo como pano de fundo um cenário onde predominava um sistema capitalista baseado na exploração dos trabalhadores assalariados e na produção de mercadorias através do trabalho alienado. O movimento dos trabalhadores contra esse quadro gera o pensamento associativista e as práticas cooperativistas. Para Singer (2002a), a economia solidária nasce exatamente das entranhas e das contradições deste sistema. E ainda: “A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo industrial, mas o acompanhamento como uma sombra, em toda sua evolução” (SINGER, 2000, p.13). As iniciativas de ES surgem, portanto, num contexto de crítica a um modelo de desenvolvimento que produz riquezas, ao mesmo tempo em que aumenta a exclusão social de um número significativo da sociedade em detrimento de poucos afortunados.

Para Laville e Gaiger (2009, p. 162) o termo Economia Solidária “foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram

inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática”.

Vale ressaltar o ponto de vista de um dos grandes responsáveis pela discussão sobre este assunto: o economista, autor de vários livros e atualmente Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer:

A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo (SINGER, 2000 p.13).

A ES é definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como “o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (BRASIL, 2011).

Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características:

- a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b) **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c) **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d) **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (BRASIL, 2011).

No que tange aos seus objetivos, a ES visa não apenas a construção de um novo modelo de sociedade que supere, ou pelo menos confronte o capitalismo moderno (em termos de igualdade, liberdade e segurança), mas que também possibilite uma vida comunitária sustentável. De forma ampla, a ES busca a promoção da qualidade de vida das pessoas que

deles se valem, bem como propiciar maior bem-estar duradouro para a sociedade. (GAIGER, 2003, p. 125).

Como um desafio a ES no que tange a manutenção de seus princípios básicos, sob o prisma da organização do trabalho, Cattani (2003, p. 12) evidencia:

[...] é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas. Da mesma forma, o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à autoexploração.

Nos países periféricos, as práticas econômicas sempre estiveram ligadas às relações de reciprocidade, na qual a produção material baseava-se nas necessidades coletivas e guardando um sentido social (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 163). Também, a história da ES está ligada à resistência e oposição à economia de mercado desde o início da sociedade moderna. Destacando-se aí, por exemplo, as experiências do cooperativismo operário, da colônia cooperativa de New Hamony, EUA, e no Labor Exchange (predecessor de sistemas e clubes de troca), dos movimentos das comunas, e, sobretudo, das cooperativas de consumo (desde 1844, com a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale) (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 163-164).

Estas iniciativas do século XIX foram fortemente reprimidas e acabaram atenuando-se aos poucos. Por outro lado, a economia de mercado cresceu de forma inédita e foi ganhando legitimidade “como via de acesso a uma sociedade de abundância” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 164). Entretanto, a miséria aumentou e a pressão operária por reformas sociais se fez inadiável, tendo então o Estado obrigado “a promulgar regras voltadas à paulatina inclusão dos trabalhadores” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 164), através do sufrágio universal, compensação das desigualdades mediante ações redistributivas. Desta forma “Reconciliados com o assalariamento, a maioria dos trabalhadores perdeu o entusiasmo e o interesse pela autogestão” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 164), levando, com raras exceções, o cooperativismo a integrar-se ao mercado. Esta situação perdurou até meados do século XX.

Já nos anos 1980, o neoliberalismo se impôs restringindo as políticas redistributivas, através das reformas fiscais, assim como o regime de acumulação flexível levou a maior exploração dos trabalhadores, apesar de ter diminuído parte do trabalho físico e introduzir métodos de gestão participativos (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 165).

Concomitantemente, algumas transformações na vida social, a partir dos anos 1960, como questões ambientais, relações de gênero, reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de suas singularidades e de direitos, levou a “uma efervescência associativa, motivando envolvimento específicos em prol de mudanças limitadas, mas concretas” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 165).

A economia solidária ganhou força devido a três tipos de recursos:

[...] aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca. Esses agenciamentos simultâneos levaram a economia solidária a ser partícipe de uma economia plural, constituindo-se suas iniciativas em tipos híbridos, entre as economias pública e privada, como exemplificam as empresas sociais. (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 166, grifo original).

Convertidos em comunidades de trabalho, os experimentos da economia solidária instituem uma nova racionalidade, onde o econômico serve como um meio para outros fins, gerando uma identidade social “[...] no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação e a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 166). Quando se projeta na esfera pública, através da participação cidadã, a economia solidária torna-se “[...] um ator da solidariedade democrática” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 166, grifo original). E é justamente a perda do espírito associativo, um dos riscos e desafios das iniciativas da economia solidária, e que pode levar a sua degeneração (p. 166). Em alguns casos, o êxito econômico das cooperativas, por outro, a pressão negativa, são fatores que podem levar ao fim uma experiência econômica solidária (p. 167).

A economia solidária apresenta-se, portanto, como alternativa econômica e social frente às transformações causadas pelo neoliberalismo capitalista, onde a preocupação com o desenvolvimento social esteja em primeiro plano, estimulado pela cooperação, reciprocidade e justiça.

2.1. Capitalismo Moderno X Economia Solidária

A urgência em planejar e construir estratégias tanto econômicas, como sociais diferenciadas que se oponham a lógica capitalista está, segundo Santos e Rodriguez (2002, p. 23), lastreada em duas razões:

Em primeiro lugar, vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história

do capitalismo mundial. [...] Em Segundo lugar, a reinvenção de formas econômicas alternativas é urgente porque, em contraste com o século XIX e XX, no início do milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejada.

Assim, neste ponto, convém abordar mesmo que brevemente os princípios da lógica capitalista e confrontá-los com os princípios de alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas. Uma revisão sucinta, da literatura que apóia para este trabalho: Singer (2000, 2002a, 2002b, 2003), Santos e Rodriguez (2002), Cattani (2003), Gaiger (2003a, 2003b, 2009) e Lavelle e Gaiger (2009), nos permite identificar de maneira clara os princípios destas duas correntes.

O quadro abaixo foi elaborado com os elementos expostos no pensamento dos autores citados acima, como forma de melhor entendimento dos enfoques divergentes entre organizações constituídas com base no Modelo Capitalista e com base nos princípios da Economia Solidária, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários.

Modelo Características	Organização constituída com base no Modelo Capitalista	Organização com base nos princípios da Economia Solidária (EES)
Objetivo	Lucro, Acumulação de riqueza.	Inclusão Social, Emancipação, Geração de Trabalho e Renda
Modelo de Organização	Sociedades de Capital por Cotas / Ações	Associações / Cooperativas
Modelo de Desenvolvimento	Crescimento Econômico	Desenvolvimento Econômico e Social
Modelo Social	Desigualdades, Polarização, Empobrecimento das Relações Sociais.	Equidade Social, Associativismo, Ampliação das esferas de intercambio.
Vínculo Social	Interesse Econômico	Reciprocidade
Modelo Competitivo	Individualismo, Competição pelo Mercado Consumidor.	Solidariedade, Cooperação
Organização da Produção	Monopolização dos recursos produtivos	Socialização (apropriação coletiva) dos recursos produtivos
Organização do Trabalho	Relações Assalariadas, Meritocracia, Regras hierárquicas e autoritárias, Manutenção do exército de reserva.	Autogestão, Relações Democráticas.
Repartição dos Ganhos	Salários desiguais para maximização do lucro, interação entre oferta e demanda de mão-de-obra determinando a remuneração. Divisão de grande parte dos lucros entre os acionistas ou controlador.	Os sócios decidem coletivamente se a remuneração deve ser igual ou diferenciada. Destino do Excedente (Sobras) é decidido em assembléia coletivamente.
Enfoque de Tempo	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Sustentabilidade Ambiental	Exploração das riquezas naturais de maneira predatória	Relação Respeitosa com as múltiplas formas de vida

Quadro 1: Enfoques divergentes entre as Organizações com base no Modelo Capitalista e com base nos princípios da Economia Solidária.

Fonte: Adaptado de Singer (2000, 2002a, 2002b, 2003), Santos e Rodriguez (2002), Cattani (2003), Gaiger (2003a, 2003b, 2009) e Lavelle e Gaiger (2009).

Da confrontação das colunas do quadro 1, emergem evidências bastante claras que permitem responder, ou pelo menos, traçam um rumo de como se pode evidenciar o cenário de divergência entre os dois modelos estabelecidos anteriormente.

Singer (2002a, p. 10) identifica o capitalismo deste modo:

[...] é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

A competição de mercado embora tenha um lado positivo para o consumidor, que pode escolher o que mais satisfaz sua necessidade (qualidade X preço); gera por outro lado uma competição feroz entre as organizações empresariais que resulta na formação de dois grupos: os vencedores e os perdedores. Os vencedores mantêm sua posição, lucram, acumulam capital, crescem e dominam o mercado. Aos perdedores, está destinado o fim de suas atividades, deixando desamparados seus colaboradores e empresários, e gerando em última instância os problemas sociais, que podem ser perpetuados nas gerações futuras, criando por sua vez sociedades desiguais (SINGER, 2002a).

Cattani (2003, p.9) faz uma afirmação categórica ao iniciar seu artigo: “A economia capitalista precisa ser superada”, e logo em seguida sintetiza de forma incisiva o perfil do modelo de desenvolvimento, baseado nela: “Sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente”.

Singer (2002a) pondera que na forma de gerir uma organização empresarial, provavelmente está à maior diferença entre os dois modelos. Singer (2002b, p. 83) argumenta que “o poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados.” Desta forma, agora a competição passa a existir também nesta estrutura hierarquizada, tanto no sentido vertical (entre níveis), como no sentido horizontal (entre departamentos), em busca da melhor combinação de recursos (financeiros, tecnológicos, recursos humanos, etc.) disponíveis para que possam manter ou ampliar o seu status de poder (SINGER, 2002a).

No outro polo, nas organizações constituídas nos princípios da ES, impera a democracia na figura da autogestão. Mesmo adotando uma estrutura organizacional semelhante às empresas capitalistas (diretores, gerentes, coordenadores), os empreendimentos econômicos solidários, se diferenciam por: 1) o fluxo das ordens e instruções deve fluir de baixo para cima

e 2) e o fluxo das demandas e informações de cima para baixo. Independente do porte da organização, a ferramenta da autogestão é a assembléia, que pode definir desde as diretrizes gerais, planos de investimentos, etc., até assuntos mais frequentes e corriqueiros (SINGER, 2002a). Singer (2002a, p. 9) então se posiciona deste modo:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir.

Na abordagem de Santos e Rodriguez (2002), três características negativas ligadas às economias capitalistas podem ser elencadas: 1) Desigualdades de recursos e de poder são sistematicamente produzidas pelo modelo capitalista; 2) A competição imposta pelo mercado capitalista produz formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício individual em lugar da solidariedade, e 3) A exploração global e desenfreada dos recursos naturais põe em risco as condições físicas de vida (gerações futuras) na Terra. No pensamento desses autores, a ES oportuniza a construção de espaços econômicos (organizações, seja, os EES) onde predominam três princípios básicos: 1) igualdade: os frutos do trabalho são equitativamente distribuídos em um processo de produção que exige a participação de todos; 2) solidariedade: cada um recebe conforme as suas necessidades e sua contribuição para o todo depende das suas capacidades (competências), e 3) respeito à natureza: inversão de papéis na conformação do modelo atual no que tange ao quesito da sustentabilidade ambiental, ou seja, o crescimento econômico fica subordinado aos imperativos ecológicos.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES os EES são definidos como organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas às características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (MTE-SENAES, 2012).

Segundo Gaiger (2003b, p.187-188)

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção.

Partindo de um conceito de eficiência sistêmica, onde a promoção da qualidade de vida e o bem-estar num horizonte de longo prazo de uma sociedade não estão ligados apenas à capacidade dos sistemas e processos de combinar de forma otimizada a relação lucro/benefício, ou seja, vai além de uma mera visão instrumental em termos monetários ou econômicos; Gaiger (2003a, p. 126) apud Santos evidencia que:

A eficiência capitalista não toma em conta, senão utilitariamente, os benefícios sociais a serem gerados pela ação econômica, tais como postos de trabalho, valorização do ser humano, preservação ambiental e qualidade de vida; ela despreza questões como o consumo de recursos não-renováveis e a transferência de custos para o exterior da empresa ou para o futuro da sociedade.

Em oposição a este cenário, Gaiger (2003a, p. 127) argumenta que “a eficiência dos empreendimentos da econômica solidária repousa na racionalidade dos mesmos, determinada pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela autogestão e pelo trabalho associado”.

Ao assumir a ES como uma possível alternativa de desenvolvimento ao modelo atual é preciso ter em mente que a mesma não se resume a oferecer uma compensação às mazelas impostas pelo capitalismo. A ES deve ser vista como um processo de transformação social, que envolve a transformação da organização da produção, do trabalho, das relações econômicas, dos sistemas de comercialização e consumo. Almeja confrontar as raízes das

desigualdades, ou seja, confrontar o modelo de desenvolvimento em que nossa sociedade está sustentada. Neste sentido de o Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária - DEFES, do MTE, Roberto Marinho Alves da Silva (2007) argumenta:

Em grande parte, ainda hoje, considera-se que os empreendimentos econômicos solidários são iniciativas compensatórias para pessoas pobres que não conseguem acesso ao mercado formal de trabalho. É claro que a Economia Solidária tem parte dessas características, mas ela comporta valores e práticas emancipatórias para essas pessoas que participam dos empreendimentos e para a sociedade como um todo. Ao democratizar as relações sociais de produção, supera a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolve as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. Implica na reversão da lógica capitalista, ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Contudo, Gaiger (2008, p. 59) aponta que mesmo operando sob uma lógica diferenciada os EES não escapam de uma “discussão sobre os aspectos essenciais do funcionamento de organizações econômicas, aspectos que não dependem do seu caráter capitalista ou anticapitalista”. Agindo de forma consciente qualquer empreendedor precisa fazer uso de capacidades e saberes de forma a combinar “um conjunto de pessoas e de recursos materiais e financeiros, cujo acionamento implica fazer escolhas, traçar objetivos, prever passos, negociar interesses e viabilizar acordos” (GAIGER, 2008, p. 59).

3. Um perfil dos EES no Brasil

Para Singer (2004), a política brasileira de economia solidária surge no ano de 2003, quando o Congresso Nacional aprova um projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Vale lembrar que em 2002, Lula é eleito presidente, sendo que uma de suas promessas de campanha era criar 10 milhões de novos postos de trabalho. Singer expõe de forma clara o motivo desta alteração na forma de agir do Estado:

Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países.

Singer (2004, 2009), também aponta que outros dois importantes atores do movimento da economia Solidária foram originados neste mesmo ano: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A SENAES entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Por sua vez, esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país (SENAES, 2012). Seus objetivos específicos envolvem a articulação de políticas de finanças solidárias, a reformulação do marco legal de cooperativas e outros empreendimentos solidários, a difusão e fortalecimento de empreendimentos autogestionários, a produção de conhecimento voltado para a economia solidária e ainda o fortalecimento de espaços de organização e participação da sociedade civil (SENAES, 2007). Assim, o objetivo central da política brasileira de economia solidária é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (SENAES, 2012). Dentro das competências estabelecidas pelo decreto número 5063 de 08 de maio de 2004, para SENAES está formulado um artigo de interesse deste estudo: X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária (MTE/SENAES, 2012).

Desta forma, a SENAES organizou de forma sistemática uma significativa quantidade de informações coletadas junto aos empreendimentos de economia solidária, em todo o território nacional. Os dados foram coletados através do emprego de um questionário estruturado e constituído por quase uma centena de questões que abordavam “questões relativas à: identificação, abrangência e características gerais, tipificação e dimensionamento da atividade econômica, investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental” (MTE/SENAES, 2007, p. 11). Os resultados da referida pesquisa que abrangeu 2.933 municípios do território nacional (53% do total) estão aglutinados na base de dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES¹ na forma de um relatório eletrônico. Estes dados também foram apresentados através de um relatório intitulado de Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007.

¹ Pode ser obtido no sítio eletrônico da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

Singer (2009, p. 3) apresenta que:

Em 2007 foi produzido um Atlas da Economia Solidária que revelou no país um total de 22 mil EESs, que associavam cerca de 1,7 milhão de pessoas e movimentavam anualmente cerca de R\$ 6 bilhões. Dados como estes permitem avaliar o tamanho e o peso econômico e social da economia solidária no Brasil em 2007, o que facilita a divulgação da “outra economia” como parte integrante da realidade brasileira. O mapeamento é acompanhado por intensa campanha de divulgação do que é economia solidária e visa alertar pessoas e agrupamentos que realizam atividades em conjunto e partilham os resultados de que são parte da economia solidária e podem se juntar ao movimento (e ao mapeamento) com mútuo proveito para eles e para todos os demais integrantes da economia solidária.

Um resumo das características dos EES no Brasil é apresentado no quadro abaixo.

CARACTERÍSTICAS	EES BRASIL
Distribuição geográfica ²	Nordeste = 43,5% %; Sudeste = 18% %; Sul = 16,5%; Norte = 12% % e Centro Oeste = 10%.
Forma de Organização	Associações = 52%; Grupos Informais = 36,5%; Cooperativas = 10% e Outras formas = 1,5%.
Motivos para Criação dos EES	Alternativa ao desemprego = 46%; Complemento de renda aos sócios = 44% e obtenção de maiores ganhos = 36% ³ .
Área de atuação	Rural = 48%; Urbano = 35% e Rural/Urbano = 17%.
Participantes por Gênero	Homens = 62,7% e Mulheres = 32,3%. Em 73% dos EES a Participação de homens e mulheres.
Origem dos Recursos	Associados = 60%; Doações = 21%; Empréstimos = 12% e Outras = 7%.
Local de Comercialização	Mercado Comunitário = 54% e Mercado Municipal = 26% ⁴ .
Autogestão/Democracia	80% indicam a assembleia dos sócios com instancia de direção e coordenação dos EES; 60% elegem a diretoria em assembleia geral; 60% tem acesso aos registros e informações do empreendimento; 66% participam das decisões cotidianas do empreendimento.
Gestão Coletiva	Produção = 64%; Comercialização = 60%; Uso de Equipamentos = 50% e Infraestrutura = 48%.
Dificuldades	Comercialização = 72%; Acesso a Crédito = 56% e Apoio = 28%.
Compromisso e Participação Social	56,8% têm compromisso social ou comunitário; 57,7% participam de movimentos sociais ou populares.
Preocupação com a Qualidade de Vida e Meio Ambiente	70,1% se preocupam com a Qualidade de Vida dos consumidores de seus produtos e serviços; 58,2% reaproveitam resíduos; 26,5% oferecem produtos orgânicos e/ou livres de agrotóxicos.

Quadro 2: Caracterização dos EES/Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007 (MTE/SENAES, 2012).

² Foram identificados 21.859 EES em todo o território nacional.

³ Três principais motivos.

⁴ Dois principais mercados

3.1. EES Catarinenses

Para caracterizar os EES espacialmente alocados em território catarinense se fará uso da mesma base de aglutinados na base da Secretaria Nacional de Economia Solidária. No estado de Santa Catarina foram identificados 690 EES, espalhados em 181 municípios (61,8% do total de 293), gerando oportunidades de emprego e renda para 127.609 homens e mulheres. Geograficamente, a Mesorregião com a maior quantidade de EES foi a do Oeste Catarinense com 320 EES mapeados, ou seja, 46% do total.

Os dados analisados permitem evidenciar as seguintes características dos EES catarinenses:

- A principal forma de organização é sob a forma de Associação 47,3%;
- A maior parte dos empreendimentos se estruturou a partir dos anos 1990;
- Apesar de não se registrar uma concentração com relação à área de atuação dos empreendimentos (35% na área rural; 30% urbana e 35% urbana/rural) identifica-se que as atividades ligadas à produção e comercialização de produtos agropecuários predominam sobre as demais.
- A venda e troca de produtos e/ou serviços destinavam-se principalmente ao comércio/mercado local;
- 61% dos EES são formalizados (possuem CNPJ);
- 85,6% estão em pleno funcionamento/operação;
- 54% dos EES apontam dificuldades na comercialização de seus produtos e/ou serviços;
- 41% dos EES apontam dificuldades no acesso ao crédito;
- O principal meio de divulgação dos empreendimentos (produtos, serviços, atividades) é o conhecido vulgarmente de “boca a boca”;
- 53% dos empreendimentos efetuaram investimentos nos últimos 12 meses, sendo o principal direcionamento para aquisição/renovação de equipamentos, seguido de aplicações em ativo fixo e capacitação de mão-de-obra. O valor médio do investimento ficou em R\$ 81.438,79;
- 67% dos empreendimentos apontam que havia necessidade de financiamento/crédito, e que estes recursos seriam destinados em sua maior parte, 44%, para Custeio ou capital de giro e investimento.

- 351 dos 690 empreendimentos informaram que a remuneração média mensal dos associados era de R\$ 294,75.
- Considerando é média mensal de faturamento de R\$ 93.442,85, apontada por 456 dos 690 EES mapeados, e projetando um valor de faturamento anual para todo o conjunto: R\$ 93.442,85 X 12 meses X 690 EES = R\$ 773.706.798,00, sua participação no Produto Interno Bruto (IBGE, 2012) do estado em 2007 que somou aproximadamente R\$ 104,6 Bilhões, foi de 0,74%.

Para verificar a aderência dos EES ao modelo teórico da ES, as categorias de análise empregadas na confrontação teórica dos modelos de produção também serão novamente utilizadas nesse processo de entendimento dos EES/SC. Para esse trabalho foram empregados dados oriundos de dezoito questões, em particular, que permitem não só caracterizar os EES/SC na ótica das categorias de análise escolhidas, como também construir uma conclusão.

O quadro abaixo apresenta a caracterização dos EES/SC.

Categorias de Análise	Organização com base nos princípios da Economia Solidária	EES Santa Catarina
Objetivo	Inclusão Social, Emancipação, Geração de Emprego e Renda.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 92% indicam que a motivação para a criação do EES deve-se a uma fonte complementar de renda e/ou obtenção de maiores ganhos. ✓ 72% existem sócios que trabalham ou atuam diretamente no empreendimento. ✓ 25,9% atuam em ações sociais ou comunitárias visando na área de educação.
Modelo de Organização	Associações / Cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 47,3% são Associações; ✓ 29,1% são Cooperativas, totalizando 76,4%.
Modelo de Desenvolvimento	Desenvolvimento Econômico e Social	Não há dados significativos que possam indicar uma condição diferenciada de Desenvolvimento.
Modelo Social	Equidade Social, Associativismo, Ampliação das esferas de intercâmbio.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 71,9% dos respondentes contam com participantes homens e mulheres. ✓ 54,5% participam de alguma rede ou fórum de articulação. ✓ 56,2% têm alguma relação ou participam de movimentos sociais e populares.
Vínculo Social	Reciprocidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 59% participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária. ✓ 77,2% dos EES têm alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e/ou serviços.
Modelo Competitivo	Solidariedade, Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em 60,7% dos empreendimentos a origem dos recursos para iniciar as atividades tiveram como origem os próprios sócios. ✓ 28,4% buscam o desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos. ✓ 9,56% promovem a aquisição de insumos e/ou matérias-primas de outros EES.
Organização da Produção	Socialização (apropriação coletiva)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 78,5% não registram trabalhadores não sócios; ✓ 99,7% informam agir de forma coletiva nas principais

	dos recursos produtivos	atividades empresariais de produção e comercialização.
Organização do Trabalho	Autogestão, Relações Democráticas.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 87,8% indicam a assembleia dos sócios com instância de direção e coordenação dos EES. ✓ 79,3% elegem a diretoria em assembleia geral. ✓ 77,8% tem acesso aos registros e informações do empreendimento. ✓ 69,1% participam das decisões cotidianas do empreendimento.
Repartição dos Ganhos	Os sócios decidem coletivamente se a remuneração deve ser igual ou diferenciada. Destino do Excedente (Sobras) é decidido em assembleia coletivamente.	73,7% dos EES/SC informam que a decisão sobre o destino das sobras é tomada em assembleia geral.
Enfoque de Tempo	Médio e Longo Prazo	Não identificada questão que permita quantificar/analisar esta categoria
Sustentabilidade Ambiental	Relação Respeitosa com as múltiplas formas de vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 33,7% desenvolvem alguma ação social ou comunitária na área do Meio ambiente. ✓ 35,6% oferta produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos. ✓ 60,5% Indicam dar tratamento e/ou destino aos resíduos gerados no empreendimento de maneira diferenciada: coleta de lixo especial, tratamento antes de eliminar, reaproveitamento.

Quadro 3: Caracterização dos EES/SC.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Singer (2000, 2002a, 2002b, 2003), Santos e Rodriguez (2002), Cattani (2003), Gaiger (2003a, 2003b, 2009), Laville e Gaiger (2009) e MTE/SENAES (2007).

Em termos gerais, ponderando alguns percentuais, é claramente possível evidenciar que os EES catarinenses apresentam características básicas similares ao aos demais EES identificados no território nacional, tanto em aspectos positivos como negativos.

Nas categorias “Organização da Produção” e “Organização do Trabalho”, está espelhado claramente o mote da “Coletividade”, ou seja, o destino da organização é regido por relações democráticas entre seus associados, independentemente de sua condição social.

A confrontação da realidade dos EES catarinenses com o modelo teórico de organizações econômicas constituídas sob os princípios da ES permite identificar uma ampla convergência na forma de condução de suas atividades.

Contudo, alguns pontos merecem atenção diferenciada:

1. Não se obteve dados que pudessem identificar o enfoque de tempo dos EES, e que permitisse aproximação com a definição destas organizações estabelecida pela SANAES, ou seja, que aponta os EES como permanentes. Por outro lado, o

fato de que 85,6% estão em pleno funcionamento/operação, indica que a prática dos princípios básicos da ES é viável.

2. Apenas 10% das matérias-primas e/ou insumos são adquiridos de outros EES. Neste quesito, no campo da cooperação, portanto se pode notar um distanciamento dos princípios básicos da ES, quando se passa a considerar a sociedade como um todo. No caso catarinense, 55% da aquisição de matéria-prima ou insumo têm como origem empresas privadas. Certamente, o número inferior de EES em operação frente a empresas de capital em atividade no mercado é a resposta mais coerente para esta divergência.
3. A constatação de não haver concentração de área de atuação (urbana/rural), mas predominância de atividades ligadas ao complexo agroindustrial pode ser explicada em função da localização geográfica da maioria dos EES, ou seja, 46% situados na Mesorregião do Oeste Catarinense. Segundo Mior (2005), esta mesorregião foi apontada, recentemente, como maior complexo agroindustrial da América Latina, onde destaque-se um modelo de integração entre a agroindústria e a agricultura familiar.
4. Com relação às principais dificuldades enfrentadas pelos associados na condução de seus empreendimentos, destacam-se tanto a nível nacional como estadual, dificuldades na comercialização de seus produtos e/ou serviços e no acesso ao crédito. Estas fragilidades podem estar ligadas a falta de conhecimento teórico e prático das funções de gestão que normalmente são desempenhadas por administradores com formação superior nas empresas de capital.
5. Além da dificuldade de acesso ao mercado de crédito, evidencia-se uma forte dependência de recursos dos próprios associados e de doações para a constituição do empreendimento, o que pode indicar a ausência de agentes do Sistema de Financeiro Nacional, com expertise para compreender a lógica particular e promover o fomento adequado desta modalidade de empreendimento.

6. Outro aspecto que chama a atenção nos empreendimentos catarinenses é o fato de que se a principal razão, 92% das respostas, que motivou a criação desta modalidade de organização foi à busca por uma fonte complementar de renda e/ou obtenção de maiores ganhos, o montante médio informado obtido pelos associados revelou-se muito aquém das expectativas reais: R\$ 294,75, ou seja, aproximadamente 77,6% de um salário mínimo de 2007⁵ (R\$ 380,00).

4. Considerações finais

O presente trabalho se propôs a caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) localizados no território catarinense, até o ano de 2007, utilizando o como base de informações o Relatório Nacional desenvolvido e organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e disponibilizado através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Em primeiro lugar, pode-se concluir que o movimento em torno da economia solidária vem evoluindo com base nas incansáveis lutas dos trabalhadores assalariados, tendo como ferramentas a participação coletiva e valores fundados na autogestão; e norteados pela democracia, no igualitarismo, na cooperação, na auto-sustentação e no amplo desenvolvimento humano.

A segunda conclusão evidenciada é que as organizações pautadas nos princípios da ES, ou seja, na solidariedade, na cooperação e na autogestão enfrentam cotidianamente as conseqüências de uma cultura (globalizada) com princípios inversos: o individualismo e a centralização do poder. E, portanto precisam cada vez mais ampliar suas redes de relacionamento para que sejam reconhecidas como alternativa viável de organização social. Para Singer (2002b, p. 87) “ela só se viabiliza e se torna alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

O detalhado mapeamento dos EES catarinenses, se por um lado da visibilidade a este modelo produtivo e indica uma ampla aderência aos princípios da ES, evidencia por outro que esse modelo organizativo está em um estágio embrionário como alternativa de desenvolvimento, visto o ínfimo número de organizações registradas e participação no PIB

⁵ Conforme institucionalizado pela LEI Nº 11.498, DE 28 DE JUNHO DE 2007.

estadual; não sendo capaz de fazer frente às demandas da sociedade em geral, e devido a este motivo recebe pouca ou nenhuma atenção dos atores sociais locais.

A consolidação dos EES catarinenses assim como os de todo ao Brasil depende em muito de políticas públicas que reconheçam que sua lógica particular demanda estratégias diferenciadas de apoio, preferencialmente confrontando em primeiro lugar as duas principais barreiras: a comercialização de seus produtos e serviços e o acesso ao crédito. Considerando uma visão de longo prazo, a sustentabilidade destas organizações a nível nacional demanda políticas públicas de suporte econômico/financeiro e de transferência de conhecimento para uma gestão efetiva e eficaz de suas atividades operacionais e administrativas.

5. Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **O que é economia solidária**. 2011. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 02 ago. 2011.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia: os conceitos essenciais**. In: CATTANI, Antonio David (Org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, pp. 9-20.

GAIGER, Luiz Inácio. In: **Eficiência Sistêmica**. CATTANI, Antonio David (Org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, pp. 125-20

_____. **A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário**. *Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*. v. II, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/1145>>. Acesso em: 15 mar.2012.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003b. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2012.

_____. **Empreendimento Econômico Solidário**. In: CATTANI, Antonio (et alii) *Dicionário Internacional A Outra Economia*, Ed. Almeida, 2009. pp. 181-187.

IBGE – Série Contas Regionais do Brasil – 1999 a 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1497&id_pagina=1>. Acesso em 20 de mar. 2012.

LAVILLE, Jean-Luis e GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio (et alii) Dicionário Internacional A Outra Economia, Ed. Almeida, 2009. pp. 162-168.

MIOR, Luiz. Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. 1. ed. Chapecó: Editora Argos, 2005. v. 1. 337p

MTE-SENAES. **Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2007**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 20 de mar. 2012.

MTE/SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. Brasília: MTE/SENAES, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>>. Acesso em 20 de mar. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514p.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. IN: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: MTE/IPEA, n. 40, p.55-59, agosto de 2009.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: P. Singer e A. R. Souza, A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo, Contexto. 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a. 127p.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 514p.

_____. **Economia solidária**. In: CATTANI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. pp. 116-125.

_____. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Textos de Discussão IPEA Mercado de Trabalho**, Brasília: MTE/IPEA, n. 24, p. 3-5, agosto de 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Políticas públicas da SENAES do MTE. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: MTE/IPEA, n. 39, p. 43-48, maio de 2009.